

A crise do capital e seus efeitos desiguais e combinados na Europa: um breve ensaio

Lucas Gama Lima¹
Alexandrina Luz Conceição²

O desvelar da mais que iminente possibilidade de bancarrota da economia grega endossou duas teses presentes na literatura marxista: a primeira é que o capital é sem sombra de dúvidas um sistema sócio-metabólico destinado a acumulação, sendo assim, insere-se em todas as esferas da vida, mercantilizando-as, subordinando-as direta ou indiretamente. Por isso, como explica Mészáros (2002) o sociometabolismo do capital exige que ele aja em sua totalidade, que hegemonize as relações entre os indivíduos em uma dimensão jamais concebida em outros tempos³. A segunda é que por ser eminentemente expansivo o capital, sob o modo de produção capitalista, alcançou os mais diversos rincões do planeta. O fez não somente subordinando e/ou destruindo relações de convivência anteriores entre os indivíduos mas, sobretudo, (re)configurando a produção espacial e concorrendo para a formação de uma divisão territorial do trabalho a uma escala global.

Há que se registrar, porém, que na Europa – como em qualquer lugar do planeta – a referida expansão do capital sobre o espaço é permeada pela dialética da diferenciação/igualização, ou seja, ao tempo em que apropria-se das minúsculas diferenças espaciais e, inclusive, as promove, é também responsável por engendrar as bases universais

de extração do lucro.

Portanto através da dialética da diferenciação/igualização operada pelo capital avistamos uma das dimensões que conduzem, inexoravelmente, a um desenvolvimento desigual e combinado entre regiões, países e lugares. O mais recente capítulo da crise estrutural do capital (a evidência da fragilidade econômica dos “PIGS”⁴, associada ao clamor por ajuda do governo grego) ilustra o corolário do que se deseja evidenciar no presente artigo.

A União Européia foi criada, segundo o Tratado de Maastricht (1992) com o objetivo de “promover a coesão econômica, social e territorial e a solidariedade entre os Estados-membros”. Até o presente momento 27 países desse multifacetado continente aderiram formalmente ao Bloco, enquanto que apenas 12 adotaram o Euro como moeda corrente de suas respectivas economias. Ao largo dessa aspiração abstrata de obtenção equânime do desenvolvimento econômico, os países integrantes do Bloco sempre revelaram suas disparidades econômicas e inserção estupidamente diferenciadas na divisão internacional e regional do trabalho. Basta observar a diferença entre o PIB Alemão (com pouco mais de 3 trilhões dólares) com o PIB Português (aproximadamente, 228 bilhões de dólares).

Como um dos pré-requisitos para a participação no Bloco é a abertura completa e irrestrita ao livre câmbio de mercadorias, serviços e circulação de capitais, os países europeus do capitalismo central e potencialmente bélicos protagonizaram um duplo movimento: deslocaram suas unidades produtivas para o usufruto privilegiado das vantagens localizacionais (a exemplo das diferenças salariais entre os trabalhadores dos diversos países europeus, pois enquanto na França o salário mínimo é 1321 euros, o mesmo se encontra na faixa de 450 e 123 euros em Portugal e Bulgária, respectivamente) e; realizaram empréstimos internacionais aos Estados débeis na economia desse continente (são as empresas

1 Lucas Gama Lima é Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, professor da rede pública municipal de ensino de Aracaju, técnico-administrativo da UFS e membro do Grupo de pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial. E-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

2 Alexandrina Luz Conceição é professora do Núcleo de Pós-graduação de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Grupo de pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial. E-mail: aluz@oi.com.br

3 “Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira” (MÉSZÁROS, 2002: p. 96).

4 Essa expressão cuja tradução significa “porcos” é a forma *sui generis* com a qual a direita xenófoba européia acostumou-se a denominar Portugal, Itália, Espanha e Grécia.

alemãs e francesas as maiores credoras da dívida pública da Espanha, Grécia e Portugal).

Em consequência, ao longo de aproximadamente dez anos, os países do Sul da Europa obtiveram um crescimento econômico – tão saudado e creditado ao sucesso do Bloco – às custas de um elevado endividamento de seus Estados; déficit orçamentário e; inchaço no setor de terciário, especialmente nos serviços de turismo, que provocaram um descompasso entre os setores da economia e freqüentes déficits nas Balanças Comerciais⁵. Como explica José Arbex Júnior:

Após uma década de euforia, com bilhões de dólares jorrando graças à especulação imobiliária, ao turismo e aos jogos olímpicos (em particular, nos casos da Grécia e da Espanha), a bomba estourou (Revista Caros Amigos, junho de 2010).

O estouro da bolha imobiliária no Sul da Europa desnudou como seus países estão profundamente imersos numa incontrolável especulação financeira, sobretudo na construção civil⁶, que os amarra a uma subordinação sem igual aos investidores internacionais. A tão aclamada prosperidade econômica sustentou-se num “castelo de areia”, que ao primeiro sinal de insolvência dos papéis da dívida pública grega redundou em vultosas fugas de capitais e um rápido aumento no preço dos contratos de seguro contra inadimplências (crédit default swaps ou CDS)⁷. Para agravar a “tragédia grega” as regras da unificação econômica da Europa exigiram a renúncia de parte da autonomia monetária e fiscal dos países membros, no ato de suas adesões, impedindo o gozo da prerrogativa de criação de novas reservas, da imposição de tarifas alfandegárias sobre produtos estrangeiros e da proibição ou limitação da evasão de capitais.

Diante dos riscos de implosão da Zona do Euro, os credores dos títulos das dívidas iniciaram uma sistemática pressão sobre a Alemanha e França, bem como intensificaram seu tradicional lobby sobre o

5 Dos países do sul europeu a Grécia destaca-se pela expressão que detém o setor de serviços (quase 75%) em sua economia, uma relação entre a dívida pública e produto interno bruto de 125,6% e um déficit comercial constante: em 2009, por exemplo, as importações totalizaram 64 bilhões contra exportações de 21 bilhões.

6 Segundo a revista *Exame* (junho de 2010, pag. 25) “países como Espanha e Irlanda dependiam das receitas tributárias do setor imobiliário, que passava por uma celebre bolha. Com seu estouro, os governos ficaram pendurados, com dívidas altíssimas e pouco dinheiro para pagar”.

7 O preço dos Contratos de Seguro contra Inadimplência (CDS) flutua na proporção direta do denominado “risco país”, sendo comercializável em qualquer praça financeira, onde é possível encontrar entidades financeiras especulando dívidas soberanas dos Estados. Segundo o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* (junho de 2010) o preço dos contratos de seguro também subiu rapidamente para Espanha, Portugal seus bancos, em decorrência da demasiada depreciação de seus títulos.

Parlamento Europeu⁸. A primeira ministra da Alemanha Ângela Merkel inflamada por uma campanha midiática das emissoras alemãs na qual se dirigiam aos Gregos com chavões preconceituosos⁹, inicialmente relutou bastante em conceder qualquer ajuda financeira. Todavia, a possibilidade de um desmoronamento em cadeia do sistema financeiro mega-especulativo do Euro, que inevitavelmente chegaria aos bancos alemães, a fez voltar atrás. Em resumo, no dia 09 de maio a União Européia e o FMI anunciaram um dos maiores planos de resgate da história, um pacote volumoso de 1 trilhão de dólares, dos quais foram destinados 140 bilhões de dólares para a Grécia; além disso, o Banco Central Europeu (BCE) cedendo aos apelos de mais de 40 estabelecimentos bancários – que o haviam solicitado a compra de títulos das dívidas soberanas – já havia comprado cerca de 16,5 bilhões de euros de dívidas soberanas e até privadas, cujas quais o mercado interbancário desejava descartar. Como é habitual, o capital exigiu dos governos endividados uma contrapartida: um plano de austeridade fiscal e eliminação de gastos, leia-se, precarização do trabalho. Segundo Alejandro Iturbe da Liga Internacional dos Trabalhadores nos últimos trimestres a massa salarial total da Grécia (isto é, o total de salários pagos no país) diminuiu 5% enquanto o PIB cresceu 3,2%. Além disso, no setor público, para além dos cortes de 30% dos salários, serão reduzidos o 13 e o 14 salário para os que ganham menos de 3000 euros brutos e abolidos para os que ganham acima deste valor. Quanto à Espanha e Portugal já foram anunciados pelos governos dos respectivos países o congelamento salarial dos trabalhadores do serviço público em 2011, bem como a extinção de vários cargos e proibição taxativa de novas admissões¹⁰.

O capital ignora o sentimento regionalista

Esse quadro econômico da Europa sintetiza o *modus-operandi* do capital, pois ainda imersos sob os efeitos do estouro da super-bolha imobiliária nos EUA – que exigiu uma intervenção do governo norte-americano ainda não concluída, uma vez que a Reserva Federal Americana (Fed) vem assumindo desde 2008 a compra de ativos “podres” no montante aproximado de 80 bilhões de dólares – os capitalistas de todo o mundo

8 O lobby sobre o parlamento europeu é tão significativo que segundo o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* (junho de 2010) há na entrada do mesmo, sediado em Bruxelas, uma placa de sua inauguração (6 de dezembro de 2001) com a marca da Seap (Sociedade Européia de Assuntos Profissionais) da qual fazem parte os dirigentes da Unilever, Carrefour, Gaz de France, Volvo, L’Oreal e Suez.

9 Foi veiculado em jornais alemães e franceses que não era justo que seus países pagassem por uma crise criada pelos “gregos vagabundos e preguiçosos”. Um ministro alemão cinicamente chegou a propor que a Grécia venda as suas ilhas para quitar a dívida.

10 Cabe registrar que a Espanha detém a segunda maior taxa de desemprego da União Européia (mais de 20%).

continuaram com a farra da especulação financeira (vide o estouro de mais uma bolha).

É preciso registrar que essa escalada rumo a depressão da economia mundial era sumamente previsível. A concorrência capitalista levou ao longo da história a uma elevação das forças produtivas numa proporção sem precedentes. Porém a mudança na composição orgânica do capital não se fez acompanhar de um aumento na massa salarial dos trabalhadores. Pelo contrário, diante das ininterruptas dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva – uma vez que a aquisição de capital constante não gera valor novo – ele realizou um duplo movimento: impôs severos ataques ao conjunto da força de trabalho, retirando uma massa de mais-valia significativa e deslocando parcela considerável desta para a sedutora especulação. Nesse sentido a desproporção alcançada entre os lucros advindos da esfera financeira e os lucros originados do processo produtivo não pode ser creditada a uma iniciativa meramente opcional dos capitalistas mundiais – sob pena de fazermos uma análise idealista do processo histórico – mas a uma condição ineliminável do sociometabolismo do capital que solenemente ignora riscos, apelos morais ou toda sorte de tentativas “controle público” rumo a sua reprodução, mesmo que sob bases fictícias e estupidamente destrutivas.

O capital, portanto, em seu funcionamento de conjunto, constrói, necessariamente, dificuldades para sua autovalorização, independente dos processos na esfera da inflação, dos juros, dos salários etc: reafirma-se aqui sua condição de processo histórico, transitório e, nos dias atuais, destrutivo por excelência, ecocida e reacionário em toda linha (DANTAS, junho de 2009).

Isso explica o absoluto desdém dos governos e capitalistas do continente europeu, especialmente dos países credores, com os danos à situação da classe trabalhadora européia. O dinheiro que a Grécia e outros países solicitaram “de joelhos” não é nem sequer para assegurar a retomada da produção industrial, mas para evitar a suspensão (chamado pelos economistas burgueses de “calote”) do pagamento infundável dos juros da dívida, ou seja, para continuar alimentando a especulação¹¹.

Diante do eminente bombardeio executado contra os trabalhadores dos países centrais e, principalmente, periféricos da Europa atestou-se a impossibilidade do conagraçamento dos povos e de um desejo abstrato de “desenvolvimento para todos” sob a batuta de um Bloco Econômico ou de qualquer regionalização mediada pelo capital. Os “analistas de plantão” ignoram

que a mobilidade do capital não se realiza alheia aos desdobramentos sobre a divisão regional do trabalho e da produção, bem como a correlação de forças no plano geopolítico mundial (vide o comprometimento contratual subalterno do governo grego em manter os gastos com equipamentos militares da França e Alemanha como condição para o recebimento de novo empréstimo). Ou seja, a flexibilização de fronteiras ao tempo em que permitiu maior circulação de mercadorias e capitais sobre a Europa, engendrou também uma espacialização desigual e combinada de seus lucros e prejuízos.

Obviamente os capitalistas têm ideologicamente utilizado esses efeitos desiguais e combinados da crise estrutural do capital para insuflar as rivalidades étnicas e as atitudes fascistas e xenófobas entre os próprios povos da Europa e também contra os imigrantes¹². “São alemães contra gregos (espanhóis e portugueses...) e também flamengos contra valões, italianos do norte contra os do sul e todos contra os imigrantes” (Revista Carta Capital, 23 de junho de 2010, pag. 66). Uma tentativa clarividente de ocultar a gênese da crise estrutural do capital numa ação que se assemelha a difusão do nacionalismo chauvinista entre os trabalhadores às vésperas da Primeira Guerra Mundial a fim de acomodá-los em suas particularidades em detrimento da generacidade da classe.

Em resumo, afirmamos ser preciso continuar com as mobilizações dos trabalhadores em todo o planeta, propagandeando os limites da valorização do capital que já não consegue equacionar as condições espaço-temporais para uma acumulação mais duradoura e, nesse sentido, age alargando ainda mais sua “cova” por meio de expedientes cada vez menos eficazes, auto-destrutivos e até genocidas.

Referências:

- ARBEX JUNIOR, José. Tempos de catástrofe. In: *Caros Amigos*, n. 159, São Paulo, jun.2010, p. 7.
- BELKAÏD, Akram. O ataque contra o Euro. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 35, São Paulo, jun.2010, p.26-27.
- DANTAS, Gilson. O capitalismo em crise histórica e suas tentativas de escapar da depressão. In: *Contra a Corrente*, n. 3, Brasília, abril 2010, p. 28-35.
- GALBRAITH, James K. Quem paga a conta da crise? In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 35, São Paulo, jun.2010, p.24-25.
- ITURBE, Alejandro, 2010. *Europa: um novo momento da crise econômica mundial*. Disponível em: www.pstu.org.br. Acessado: 06/07/2010.
- LETHBRIDGE, Tiago. O mundo no vermelho. In: *Exame*, n. 10, São Paulo, 02/06/2010, p.20-30.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- RUFFIN, François. O peso dos lobbies em Bruxelas. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 35, São Paulo, jun.2010, p.30-31.

11 Segundo a revista *Exame* (junho de 2010) o ajuste fiscal exigido da Grécia é o mais draconiano de que se tem notícia e ainda que o país realize o corte prometido de cerca de 10% em seu déficit até 2014 e todas as determinações do FMI/BCE terminará o período devendo ainda mais que hoje.

12 Berlusconi reeditando as perseguições aos comunistas italianos durante o Fascismo de Benito Mussolini na Itália através dos Camisas Negras (grupo voluntário paramilitar) autorizou a constituição de patrulhas civis de italianos para caçar ilegais.